**- *m***



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNADORIA

DECRETO N. 4036

DE 20 DE DEZEMBRO DE 1988.

Cria Comissão Especial de Estudos para mudança da Capital do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 70, inciso I da Constitui­ção do Estado, e

CONSIDERANDO que há um consenso unânime

entre os Senhores membros do Poder Legislativo de que a Capital

cumpriria melhor suas finalidades se fosse edificada numa região
centralizada no Estado;

CONSIDERANDO que decisões de alta relevân­cia histórica e notório interesse social, como a mudança definitiva da sede do Governo, devem ser tomadas em conjunto pelos Poderes constituídos do Estado Democrático;

CONSIDERANDO que o acelerado processo de crescimento populacional do Estado reclama medidas administrativas, jurídicas e legislativas emanadas de uma administração coesa e consciente de suas responsabilidades;

CONSIDERANDO que o centro das decisões po­líticas e administrativas do Estado precisa ser estrategicamente posicionado na equidistância de seus pólos de desenvolvimento;

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Legislativo decidir sobre a transferência definitiva da Capital do Estado;



CONSIDERANDO que ao Poder Executivo incum-

representantes do povo, os subsídios, dados

s para fundamentar suas decisões sobre a

be propiciar, aos d e informações neces

***\*\*\** GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

 **VERNADORIA**

DECRETA:

**Art. 12 - Fica criada a Comissão Especial de Estudos com a finalidade de promover estudos sobre a melhor localização da nova Capital do Estado.**

**Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo será composta por cinco membros, entre os quais um pre­sidente e um relator, nomeados por ato do Poder Executivo.**

**Art. 22 - Compete à Comissão:**

**I - elaborar estudo técnico visando definir o local para edificação de uma cidade destinada a ser a Capital do Es­tado;**

**II - fazer consultas à população sobre o no­me da nova Capital;**

**III - promover amplo debate, suprapartidário, entre as lideranças políticas do Estado, sobre a situação geopoliticamente mais apropriada da nova Capital.**

**Art. 32 - Em suas pesquisas, consultas, es­tudos e levantamentos sobre o local para edificação da nova Capital do Estado, a Comissão Especial de Estudos observará:**

**I - a centralização geográfica no territó­rio do Estado;**

**(dições preferenciais de relevo**

**ou suave ondulado, dê altitude**

**de 200 (duzentos) metros, de boas
e clima ameno;**



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA ^

**GOVERNADO RI A**

III - a equidistância das cidades já edificadas e em desenvolvimento; IV - a potencialidade econômica dos locais cogitados e de suas circunvizinhanças.

Art. 42 - Na primeira fase de seus traba­lhos a Comissão Especial de Estudos compilará informações bibliográ­ficas e dados estatísticos disponíveis sobre as diversas regiões do Estado, promoverá debates e fará vistorias e reconhecimento de campo dos locais que houverem sido eleitos ou indicados como os mais propícios para a edificação da nova Capital.

Art. 52 - Concluídos os estudos a Comis­são apresentará ao Governador, relatório circunstanciado de seus trabalhos, onde constará:

I - a indicação da localidade que houver sido escolhida; II - a sugestão do nome.

Parágrafo único - As indicações do relato rio deverão ser fundamentadas com dados numéricos, sempre que o caso os comportar, com cartas geográficas e exposições técnicas.

Art. 62 - Em seus aspectos técnicos e normativos, a Comissão Especial de Estudos fica vinculada ao Gabinete do Governador.

Art. *1- -* Incumbe à Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral prover a Comissão de todos os recursos humanos, materiais e financeiros de que necessitar para o desempenho de seus trabalhos.

Art. 8- - Os trabalhos e responsabilidades atribuídos à Comissão Especial de Estudos, pelo alto interesse histórico e público de que se revestem, são considerados de valor inestimável e prestados à causa do Estado de Rondônia.

Art. 9- - Em decorrência do disposto no artigo anterior, os integrantes da Comissão Especial de Estudos não serão remunerados.

Parágrafo único - Fica assegurado reembolso dos integrantes da Comissão que, comprovadamente fizerem despesas no desempenho de seus trabalhos.

Art. 10 - Para a elaboração de estudos e apresentação de relatório final conclusivo, é concedido à Comissão o prazo de 60 dias.



***r***

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**GOVERNADORIA**

Art. 11 - Aprovados os estudos pelo Chefe do Poder Executivo, será o relatório da Comissão encaminhado a todos os membros da Assembleia Legislativa como subsídios para suas decisões sobre a melhor localização da nova Capital do Estado.

Art. 12 - Fica a Comissão Especial de Estudos incumbida de oferecer toda a assistência necessária ao esclareci mento de dúvidas que surgirem sobre o local escolhido.

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia , em 20 de dezembro de 1988, 1002 da República.

^



'JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA Governador

**V-**

***j***